

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária****Aviso n.º 17089/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP (Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro) torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de novembro de 2012, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 17525 /2011, publicado no DR, 2.ª série, n.º 173, de 8 de setembro, para preenchimento de 21 postos de trabalho da carreira e categoria de técnica superior, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, com a trabalhadora Ana Marta Gomes Calambra, com a remuneração situada entre a 2.ª e a 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório entre o 15.º e 19.º da tabela remuneratória única da carreira técnica superior.

2012/12/17. — O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, *Paulo Marques*.

206607076

**Guarda Nacional Republicana****Comando-Geral****Declaração de retificação n.º 1624/2012**

Por não ter sido publicado no despacho n.º 14028/2012, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 29 de outubro de 2012, assim se publica:

Quadro da arma de cavalaria:

2070020, Hilário Rui da Mota Cerqueira.  
2070025, Celso Leandro Fernandes Araújo Leones Pereira.  
2070023, Paula Alexandra Lino Fernandes.  
2070039, André Agostinho Rodrigues.  
2070029, David Luís Marques dos Santos.  
2070043, Rafael Bastos Ribeiro.  
2070037, Nuno Filipe Estalagem Afonso.

3 de novembro de 2012. — O Comandante da Administração de Recursos Internos, *Manuel Mateus Costa da Silva Couto*, major-general.  
206605375

**Despacho n.º 16344/2012**

Por despacho do Ex.<sup>mo</sup> Comandante do CARI, de 08 de novembro de 2012, proferido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 8329/12, de 16 de maio de 2012, do Ex.<sup>mo</sup> Comandante-Geral, é cessada a demora na promoção, nos termos do n.º 2 do Artigo 136.º e promovido ao posto de Sargento-Ajudante, por antiguidade, o 1.º Sargento de Cavalaria (1940569) António João da Silva Castelão, desde 01 de outubro de 2009, nos termos do Artigo 119.º e alínea c) do Artigo 234.º, todos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

19 de novembro de 2012. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Luís Filipe Tavares Nunes*, Major-General.  
206605383

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direção-Geral da Política de Justiça****Despacho n.º 16345/2012**

O Decreto-Lei n.º 163/2012, 31 de julho, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral da Política de Justiça. No seu desenvolvimento, a Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, determinou a estrutura nuclear e as competências das respetivas das unidades orgânicas.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, as comissões de serviços dos cargos dirigentes cessam com a extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda.

Considerando a existência de identidade funcional relativamente às competências que vinham sendo exercidas pelos titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, no n.º 9 do artigo 21.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino a manutenção das comissões de serviço dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º grau, nas seguintes unidades orgânicas nucleares que sucedem às anteriormente existentes:

1 — A licenciada Maria João Gomes Morgado Costa, no cargo de Diretora de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro;

2 — O mestre João Pedro Arsénio de Oliveira, no cargo de Diretor de Serviços do Gabinete de Relações Internacionais, previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro;

3 — A mestre Helena Fernanda Esteves Alves, no cargo de Diretora de Serviços do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro.

1 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.  
206596222

**Despacho n.º 16346/2012**

O Decreto-Lei n.º 163/2012, 31 de julho, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral da Política de Justiça. No seu desenvolvimento, a Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, determinou a estrutura nuclear e as competências das respetivas das unidades orgânicas.

Considerando a vacatura do cargo de Diretor de Serviços de Gestão de Recursos desta Direção-Geral, torna-se necessário proceder à designação, em regime de substituição, de um diretor de serviços até à designação de novo titular, de modo a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Considerando que a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta reúne o perfil profissional adequado e ser dotada da necessária competência e aptidão para o exercício da função, conforme resulta da respetiva nota curricular anexa ao presente despacho:

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral da Política de Justiça, a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta, especialista superior da Polícia Judiciária, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, e dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2012.

1 dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.

**Nota curricular**

Nome: Ana Maria Vicente da Silva Horta  
Data de Nascimento: 12/05/1973  
Formação Académica:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Setor Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Componente curricular do Mestrado em Administração Pública, especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Formação Profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários e conferências nas áreas da administração pública, gestão e finanças;

Membro do júri de diversos processos de aquisição de bens e serviços, e de procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Participação em diversos grupos de trabalho em matérias atinentes ao exercício das suas funções;

Designada perita da bolsa de peritos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP).

Experiência Profissional:

1991-1997 — Desempenho de funções no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro da empresa FER-

NAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A.;

1997-2000 — Ingresso na carreira oficial de justiça, com desempenho de funções no âmbito da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ);

2000-2004 — Desempenho de funções técnicas superiores na Divisão de Recursos Materiais da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ);

2004-2008 — Ingresso na carreira especialista superior da Polícia Judiciária (PJ), com desempenho funções no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial;

2008 — Desempenho de funções no Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, Parcerias Público Privadas e Concessões, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf);

2008-2010 — Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira do Instituto Camões, I. P. (IC);

2010-Atual — Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), em acumulação de funções com a gestão corrente da Divisão de Recursos Humanos, desde 22 de março de 2011.

Outra Atividade Profissional Relevante:

2008-Atual — Vogal do Conselho Fiscal da empresa APA — Administração do Porto de Aveiro, S. A.

206600499

### Despacho (extrato) n.º 16347/2012

Torna-se público que, por homologação de Sua Ex.ª a Sr. Ministra da Justiça em 2 de novembro de 2012, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, foram cessados os procedimentos concursais comuns, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de julho, para preenchimento de:

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, com experiência ou formação na área de recursos humanos e ou na área dos meios de resolução alternativa de litígios, conforme Aviso n.º 14761/2011;

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, com experiência ou formação na área de contratação pública, conforme Aviso n.º 14762/2011;

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico, com experiência ou formação na área da arquivo e ou expediente, conforme Aviso n.º 14763/2011;

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico, com experiência ou formação na área financeira, recursos humanos, secretariado, arquivo e ou expediente, conforme Aviso n.º 14764/2011;

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, com experiência ou formação na área de arbitragem e na área dos meios de resolução alternativa de litígios, conforme Aviso n.º 14765/2011.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

10 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.  
206589476

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

### Aviso n.º 17090/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que KLONDIKE GOLD CORP PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro e metais comuns, numa área “Castelo de Paiva”, localizada nos concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Gondomar, distrito de Braga, concelhos de Castelo de Paiva e Arouca, distrito de Aveiro e concelho de Cinfães, distrito de Viseu, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Área total do pedido: 109,825 km<sup>2</sup>

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A.....	-17480,000	156440,000
B.....	-14400,000	159000,000

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
C.....	-11204,591	152807,409
D.....	-8321,021	153246,213
E.....	-6341,033	148873,371
F.....	-9443,712	144322,172
G.....	-15091,612	144990,374
H.....	-21918,345	151000,000
I.....	-17000,000	151000,000
J.....	-17000,000	156000,000

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, ou a manifestarem preferência, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

14 de dezembro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.  
306603439

### Aviso n.º 17091/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que Klondike Gold Corp Portugal, Unipessoal L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro e metais comuns, numa área “Ponte da Barca”, localizada nos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Área total do pedido: 46,813 km<sup>2</sup>

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A.....	-11648,554	236678,605
B.....	-17493,064	236562,850
C.....	-19646,779	235739,299
D.....	-20080,500	234825,900
E.....	-19701,440	233843,820
F.....	-22583,110	233845,510
G.....	-22759,261	239679,828
H.....	-11595,880	240407,922

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, ou a manifestarem preferência, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

14 de dezembro de 2012. — O subdiretor geral, *Carlos A.A. Caxaria*.  
306603569

## MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO EMPREGO E DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

### Aviso n.º 17092/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do ar-